

**Neoliberalismo
em questão**
pág. 2

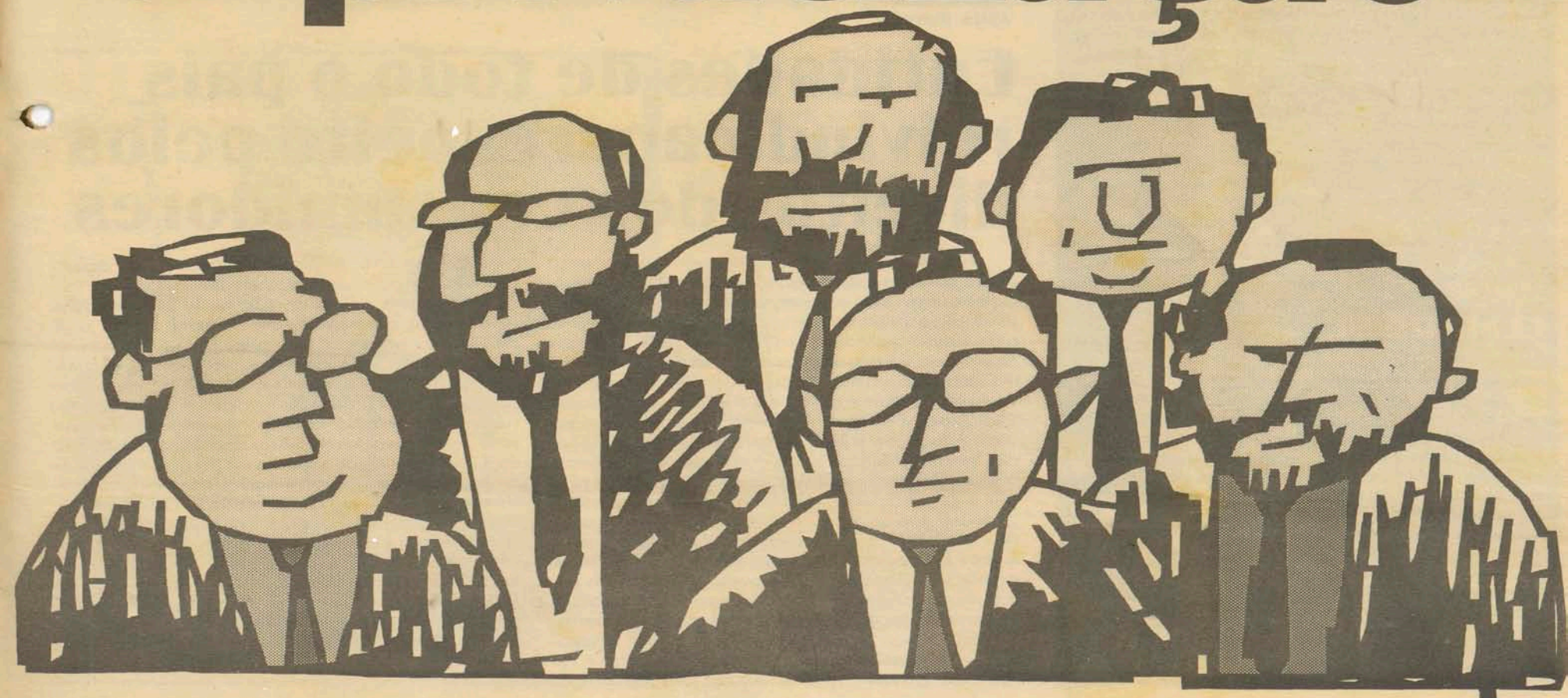
**ACT da Eletrobrás
continua indefinido**
pág. 6

**A realidade social
de Octavio Bezerra**
pág. 8

linha viva

Número 440 . 11 Dezembro 97 . Intersindical dos Eletricitários de SC

Juntos contra a privatização



DIREITOS HUMANOS

Ontem, dia 10 de dezembro em todo o mundo comemorou-se os 49 anos da Promulgação Universal dos Direitos do Homem. Há quase meio século que se fala em melhorar a qualidade de vida mas o que se vê é a exclusão dos direitos sociais, o enriquecimento de poucos sobre a miséria de muitos povos. O que há, então para comemorar?

PERDA

No último sábado, 5 de dezembro, perdemos o companheiro Gildo dos Santos, trabalhador da Celesc - Agência Regional de Florianópolis, em acidente de moto ocorrido próximo à sua residência no Ribeirão da Ilha.

MANGUINHAS DE FORA

Mal botaram as mãos na mina, os novos donos da Enersul (Mato Grosso do Sul); os mesmos que compraram a Escelsa (Espírito Santo), já anunciaram sua primeira ação na empresa: a demissão de 600 empregados. O vice-presidente da Enersul é o presidente da Escelsa, Francisco Gomide, que será também o diretor de suprimento e administração da Enersul, acumulando três cargos. O presidente do conselho de administração é José Gustavo de Souza Costa, do Banco Pactual, o mesmo banco que está tentando vender o peixe do clube de investimento para os empregados da CELESC e o mesmo que tem negócios com a CELOS no ramo de aplicações financeiras.

NATAL BILIONÁRIO

Este deverá ser o melhor natal dos últimos anos ... nos Estados Unidos da América. A previsão é de US\$ 162 bilhões em vendas, mas no Brasil a prioridade dos consumidores neste final de ano é pagar dívidas e poupar, diz matéria de capa do jornal Gazeta Mercantil de 9/12/97. Lógico, a matéria não fala dos excluídos, cuja prioridade é continuar vivos. Na mesma página, duas outras notícias tem tudo a ver: "Paraná está insolvente, diz Tesouro" e "Suíços formam banco gigante". Isto é a globalização. Os neoliberais dizem todos os dias nos jornais o que ela é. Só não vê quem não quer ou quem é neobobo.

LEMBRE-SE

Natal e início de um novo ano são sempre tempo de confraternização com a família, com os amigos. E, apesar dos tempos difíceis que vivemos, estas festas sempre nos trazem momentos de emoção, de felicidade, de alegria. Por isto, assim como em todos os dias do ano, prestemos toda a atenção nas tarefas e atividades que colocam em risco a nossa vida e a de terceiros. Celebremos a todo momento a Vida.

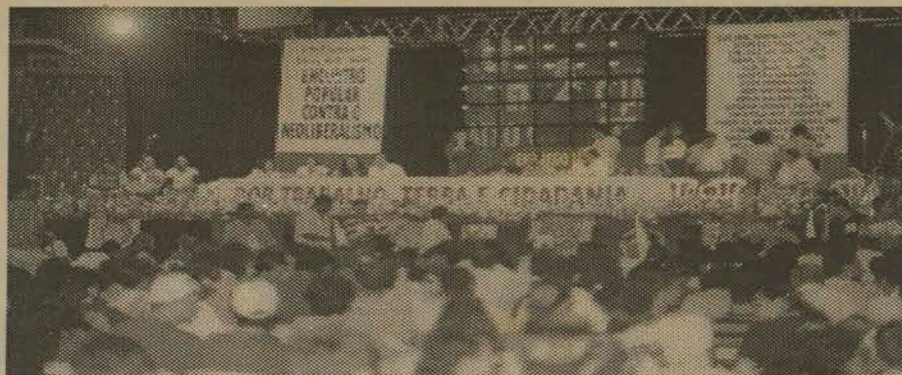
expediente

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalistas Responsáveis: Marli Cristina Scamozzon (DRT/RS4966) e Alessandra Mathias (SC 00755 JP). Ilustrações: Frank Maia. Diretoria de Imprensa: Olga Leocádia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030 Fone (048) 224-9114 Fax 224-9104 e-mail: sinergia@matrix.com.br

Encontro discute Neoliberalismo e Desemprego

Com a plataforma Trabalho, Terra, Qualidade de Vida, Educação, Cidadania e Democracia, o Encontro Popular contra o Neoliberalismo reuniu 3.800 delegados de 1.153 entidades de 27 estados brasileiros no Ginásio do Ibirapuera em São Paulo, dia 6 de dezembro.

Convocado pela Conferência Nacional em Defesa da Terra, Trabalho e Cidadania, realizada em Brasília no mês de abril, o Encontro foi promovido por 25 entidades, dentre as quais CUT, UNE (União Nacional dos Estudantes), Setor Pastoral Social CNBB, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa), e pelos partidos políticos PT, PCdoB, PSTU, PSB e PDT.



Júlio Pavese

Entidades de todo o país reivindicam respeito pelos direitos dos consumidores

Na semana passada diversos órgãos e entidades políticas e de defesa do consumidor de todo o país, entre elas o Sinergia, reuniram-se em São Paulo e formularam um documento da Coalizão pela Democratização e Qualidade dos Serviços Essenciais. O texto apresenta o histórico em que o Estado assume a prestação dos serviços de eletricidade, o saneamento e a telefonia até a atualidade, com a política privatista. "Diante do avançado estado em que se encontram as privatizações dos setores, deixando de contemplar os direitos básicos dos consumidores, esse documento se propõe a estabelecer os requisitos necessários para a garantia dos serviços essenciais a serem prestados com relação à universalidade, à qualidade e ao controle social, que exige um novo modelo de regulação desses serviços e como submetê-los aos interesses públicos, o que não vem ocorrendo nos últimos 30 anos", diz um trecho do documento.

São cinco os objetivos da coalizão: assegurar a universalidade de acesso aos serviços essenciais, garantir que as tarifas tenham preços

O Encontro tirou como resolução a decisão de construir uma coordenação permanente, composta pelas entidades participantes, a recomendação de que sejam realizados encontros amplos e unitários nos diferentes estados e municípios, que discutam as medidas de luta e organização necessárias ao enfrentamento dos ataques do governo FHC, a proposta de uma jornada de solidariedade aos metalúrgicos do ABC, contra as demissões e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, a proposta de uma mobilização contra a reforma da Previdência e em defesa da Previdência Pública, em janeiro/98, e a proposta de realização de uma grande marcha nacional pelo emprego, com início no dia 1º de Maio de 1998, convergindo para Brasília.

O Encontro ainda tirou um manifesto onde coloca a necessidade do Povo Brasileiro se organizar na luta contra o Neoliberalismo.

No dia anterior, 5 de dezembro, aconteceu um ato público na Praça da Sé, por Trabalho, Terra e Cidadania, contra o Neoliberalismo, que reuniu cerca de 5 mil pessoas.

justos, buscar a melhoria e a qualidade, democratizar o processo regulatório das empresas e instituir controle social da prestação dos serviços. Todas estas medidas dizem respeito a todo o cidadão mas sempre o que mais pesa é o bolso.

Por isso as entidades que compõem a coalizão não querem que as tarifas sejam fixadas em função das necessidades imediatas do Governo nem de reivindicações empresariais injustificadas, mas refletir custos históricos e necessidades de expansão para que sejam mantidas dentro de limites razoáveis. A proposta é que os consumidores de até 80Kw/h tenham suas tarifas reduzidas em torno de 0,04 Kw/h. Além do mais as taxas devem ser fixadas de modo que não superem a margem de 10% de lucro. Outra reivindicação da coalizão é de que o governo reveja os aumentos das tarifas de luz, água e telefone aplicadas desde junho de 94 até junho de 97 porque elas se apresentam muito acima da inflação desse período.

Sessão especial denuncia os prejuízos da privatização

Um patrimônio de R\$ 13 bilhões e cerca de 18,5 mil empregos diretos, seis mil terceirizados. Em defesa não só de seus empregos, mas da manutenção dos serviços essenciais a toda a população. Com este objetivo o plenário da Assembleia Legislativa ficou lotado na manhã da última segunda-feira, dia 8. Eletricistas, bancários, telefônicos, trabalhadores de água e saneamento de todo o Estado se fizeram presentes à Sessão Especial na Assembleia que discutiu a privatização das estatais catarinenses e as federais de importância para o Estado, como a Eletrosul e os Correios. Além dos trabalhadores estiveram presentes também o senador Espiridião Amim (PPB), os deputados federais Vanio dos Santos e Milton Mendes (PT), Neuto de Conto (PMDB) e Décio Knopp (PDT), além dos deputados estaduais do PT, PPB e vereadores de diversas cidades. Quem deixou a desejar foram os deputados do PMDB (somente o deputado estadual João Henrique Blasi apareceu), todos os do PFL e do PSDB foram convidados mas sequer deram uma justificativa pela sua ausência. O presidente da CUT Nacional, Vicente Paulo da Silva, que havia confirmado presença, não pôde participar porque estava envolvido nas negociações dos metalúrgicos do ABC Paulista. Foi representado pelo presidente da CUT Estadual, Valdeci da Silva. Em sua exposição Valdeci citou o caso do setor têxtil do sul do Estado, onde os postos de emprego foram reduzidos pela metade, atingindo cerca de 45 mil trabalhadores. Mais um reflexo da política econômica adotada pelo governo.

Além da discussão e demonstração do que a privatização já fez em empresas de outros estados e na Argentina, a sessão teve um motivador maior, conhecido somente na segunda através dos jornais. É que o governo do Estado quer resgatar as debêntures da Invesc (que são ações da Celesc), caso não consiga abrir o capital da Casan. A alegação é o pagamento do 13º salário dos servidores públicos. O governo toma esta decisão sem ao menos consultar o Conselho de Administração da empresa: quer descapitalizar a Celesc mesmo devendo R\$ 400 milhões, parte deste valor de adiantamento de ICMS (leia editorial página 3).

A sessão durou pouco mais de três horas e concretamente o vice-presidente daquela casa legislativa, deputado Neodi Sareta (PT) apresentou a CARTA DE SANTA CATARINA, que repudia o programa de privatização implantado pelo governo federal e que quer ser adotado também pelo governo Paulo Afonso. (veja carta ao lado). Na parte da tarde, durante as atividades de rua, no centro da Capital, mais de 800 pessoas assinaram o abaixo assinado contra as privatizações e alguns políticos que participaram do ato na Assembleia também marcaram presença no calçadão. Para finalizar os alunos da Oficina Permanente de Teatro da UFSC, coordenada pela atriz Carmem Fossari, contribuindo para o espírito cultural que a Campanha sempre manteve, apresentaram um animado esquete teatral, o que chamou a atenção de muitas pessoas.

A privatização brasileira assemelha-se ao cidadão que está vendendo a casa para pagar a conta do restaurante. (ex-ministro Mário Henrique Simonsen)

O LV selecionou trechos de alguns depoimentos do ato desta segunda-feira

"Não há investimento porque só houve demissões e o que se ganhou, cerca de 20%, foi emprestado aos chupins do governo. O desemprego é a pior violência a um cidadão. A criminalidade não existe à toa, é resultado dos problemas sociais" Deputado Estadual Vanio dos Santos (PT)

"O que estão fazendo com este país atinge a dignidade humana. Por isso eventos como esse permitem a resistência da sociedade porque saem dos gabinetes e tomam as ruas. Isso é a construção do sindicalismo cidadão, porque não representa apenas a sua categoria, mas a sociedade" Deputado Federal Milton Mendes

"Há 45 anos atrás fazer uma ligação telefônica demorava horas, às vezes dias. O serviço era explorado por uma empresa privada. O que nós tínhamos e o que nós temos? Nas mãos do Estado temos o sistema de discagem direta mais eficiente do mundo, 1569 localidades atendidas, 14 mil telefones públicos, 600 mil telefones instalados. Ajudamos a fazer a



unificação dos municípios catarinenses. Não queremos que tudo isso seja uma arma de especulação do setor privado." Sérgio Domingues (Sindicato dos Telefônicos)



"A população paga o preço da alienação. Nós (SC) temos mais capital nacional do que o sul do Brasil." Senador Espiridião Amim



de Santa Catarina, centralizando R\$ 75 milhões de tributos mensalmente e a folha de pagamento do funcionalismo estadual. Isso sem falar no incentivo à cultura e ao turismo, participando diretamente de mais de 300 festas estaduais." Arthur Raffs Machado (Sindicato dos Bancários)

"Não existe possibilidade de vida sem água e a privatização deste setor significa a redução da vida. Cada real investido em saneamento equivale a R\$4,00 economizados em saúde." Jucélio Paladini (Sindicato de Águas e Saneamento - Sintae)



"O Sistema Financeiro Besc é o mais rentável entre os bancos estaduais, tem quase R\$ 3 bilhões em ativos, um patrimônio de R\$ 278 milhões. É o único presente nos 293 municípios

"Estamos falando de um sistema de séculos que nunca resolveu os problemas sociais (o capitalismo). Na Argentina prometeram-se que, vendendo o patrimônio nacional iríamos superar todos nossos problemas. Qual a consequência? Perdemos a soberania, temos os mais elevados índices de desemprego nos últimos 100 anos, os trabalhadores estão na miséria. A única forma de impedir que isso aconteça aqui é unir todos os setores sociais, os trabalhadores, e lutar" José Jorge Rigane (Secretário Geral do Sindicato de Luz e Força de Mar del Plata e da Federação dos Trabalhadores de Energia da República Argentina)

"O que vemos aqui é o resultado de tanta iniciativa e muito empenho, ao longo dos últimos meses. E vejam que ironia, que, no dia deste importante ato, os principais jornais do Estado trazem estampadas manchetes de que o governo vai vender ações da Celesc para o pagamento do 13º. Como se não fosse um direito do trabalhador assegurado por lei. Deste jeito, ano que vem vão vender o que para pagar o 13º? O Morro da Lagoa?" Mauro Passos, diretor do Sinerjia

"Em 1990 o setor elétrico brasileiro tinha 350 mil trabalhadores; hoje tem 280 mil (70 mil demissões). As duas empresas elétricas federais privatizadas diminuíram o quadro de trabalhadores em 50%. A companhia de Gás do Rio de Janeiro (CEG) reduziu os postos de emprego de 1800 para 160 em apenas um mês. A Sanacre (empresa de saneamento do Acre), privatizada há uns 15 dias atrás, demitiu todos os empregados. A FNU está orientando em todos os estados atos como este, conquistando a opinião nacional. Nós não vamos deixar que o leilão da Eletrosul aconteça em fevereiro." Amarildo Dudu Bolito (Secretário de Energia da FNU/CUT)



Carta de Santa Catarina

Os parlamentares federais, estaduais e municipais, dirigentes de partidos políticos, dirigentes sindicais, dirigentes de associações e federações de entidades representativas da sociedade e os cidadãos participantes da sessão especial da Assembleia Legislativa realizada no auditório Osni Régis do Palácio Barriga Verde no dia 08 de dezembro de 1997, tendo analisado a situação em que se encontram as empresas públicas, dos setores: bancário; elétrico; telefonia e telecomunicações; correios; saneamento; agrícola e setores essenciais, estabelecidas neste Estado, bem como, o papel que elas desempenham no cenário social, econômico, político e cultural de Santa Catarina, ordenando os princípios e objetivos do desenvolvimento aos quais se alinham, resolveram manifestar-se através desta CARTA DE SANTA CATARINA, defendendo as empresas públicas aqui instaladas CONTRA A PRIVATIZAÇÃO, porque:

- a. Significa a perda do patrimônio público construído com o esforço de milhões de catarinenses;
 - b. com o processo de privatização ocorrerá discriminação na prestação de serviços aos municípios de Santa Catarina;
 - c. significa o fechamento de escritórios e agências pioneiras(as), tendo como consequência o desmantelamento das redes de atendimento direto às comunidades, principalmente nos pequenos municípios;
 - d. a privatização provoca a precarização dos serviços públicos, que passam a ser prestados por terceiros, sem compromisso com a qualidade e a segurança da população;
 - e. a privatização provoca a perda do papel social exercido pelas empresas públicas trazendo prejuízos a população urbana e rural, especialmente a de baixa renda;
 - f. corremos o risco de perder o controle de setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social para os monopólios e/ou cartéis privados;
 - g. o aumento das tarifas públicas faz parte da estratégia de quem quer assumir o controle das estatais e terão impacto direto nas planilhas de custo dos produtos e serviços, consequentemente no bolso do cidadão;
 - h. além do desemprego estrutural, teremos o desemprego pela desativação, terceirização e transferência de serviços e setores destas empresas públicas;
 - i. perda de trabalhadores, qualificados, pelo esforço da ação pública com investimentos realizados durante longos anos, para a contratação de mão de obra flexibilizada sem a mesma qualificação com impactos diretos na qualidade dos serviços prestados;
 - j. o desemprego trará impactos negativos ao nível da distribuição de renda nas localidades onde as empresas atuam devido a importância da massa salarial circulante;
 - k. a transferência de comando trará prejuízos imediatos à economia do Estado em função da evasão de divisas e a não concretização de investimentos diretos;
 - l. Santa Catarina já sente as consequências com a migração de outros setores nativos, como o têxtil, o agroindustrial e com a falência do setor carbonífero. A venda das estatais se constitui em mais uma grande perda para a economia e a sociedade catarinense;
 - m. ao contrário do desenvolvimento que se anuncia, a mudança nas empresas, repercutirá negativamente no movimento econômico e social do estado e dos municípios na medida em que há riscos de os impostos não mais serem aqui arrecadados.
- A partir destes motivos, os participantes da Sessão Especial da Assembleia Legislativa de Santa Catarina lutarão, conscientes de suas responsabilidades perante a população de Santa Catarina, razão de nossa força e nosso estímulo. Florianópolis, 08 de dezembro de 1997.



Fotos: Valdir Cachoeira e Alessandra Mathyas

Nenhum avanço

Na última reunião de negociação do ACT da Eletrobrás os representantes do grupo não evoluíram em nada. Persistem na manutenção de reposição de 1,5% e abono de 50%. De acordo com os sindicalistas, os representantes do governo disseram que se recusam a oferecer mais do que isto e julgam a proposta dos trabalhadores inócua. Além disso as reuniões de negociação continuarão sendo bimestrais, mesmo a data base da categoria tendo vencido dia 1º de novembro. Por trás desta proposta está a intenção da Eletrobrás de reduzir a folha de salários, o que já vem acontecendo desde 1995. A FNU informa que em dois anos os gastos com pessoal reduziram uma média de 16%.

Outro ponto que também não tem avançado nada é a PLR. A Eletrobrás apresentou um protocolo em relação à PLR/98 que não significa nenhuma solução aos problemas já enfrentados em 97, como o pagamento de forma proporcional e não linear, como a FNU defende.

Ontem representantes da federação solicitaram uma audiência pessoalmente ao Ministro das Minas e Energia,

Raimundo Brito, para acelerar e abrir o diálogo sobre a pauta de reivindicações. O ministro comprometeu-se a delegar o presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio para esta reunião. No Distrito Federal os trabalhadores estão inconformados com a morosidade do governo em resolver esta questão e estão pressionando com vigílias em dois locais: na sala da presidência da Eletronorte e na subestação Samambaia de Furnas. "Queremos avançar em duas frentes: chamando os trabalhadores para participarem conosco desta luta e agilizar a negociação", justifica o diretor do Sinergia/DF, Paulo Tadeu Vale da Silva.

Além disso na Eletronorte os trabalhadores paralisaram durante todo o dia suas atividades na última sexta, dia 5/12. Eles estão ameaçados de não receber a PLR. Também pararam por um dia os eletricitários do Acre, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Pará e por meio expediente em Pernambuco, Piauí, Bahia, Alagoas e na usina Angra 1, no Rio de Janeiro.

No ABC os trabalhadores também não aceitam descaso

Os trabalhadores da Volkswagen, filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT) rejeitaram no dia 8/12, em assembleia, a proposta da montadora para reduzir jornada de trabalho e salários. Os metalúrgicos aceitam redução de jornada sem redução de salários. A Volkswagen ameaça demitir 10 mil empregados caso a proposta não seja aceita, mas resolveu adiar o início das demissões até terça-feira próxima, quando haverá nova rodada de negociação. A mesma proposta foi rejeitada pelos trabalhadores da Ford, filiados ao mesmo sindicato. Em contraposição, os sindicatos filiados à Força Sindical encaminharam favoravelmente à proposta, que foi aprovada pelas suas bases. Mas esta adesão, no entendimento da CUT, vai gerar mais desemprego, porque a redução dos salários reduz o consumo e provoca mais queda na produção. "Espero que os empresários não cometam esta barbárie" diz Vicentinho.

Eletrosul marca nova assembleia de cisão

Próxima quinta-feira, dia 18 de dezembro é a data da nova assembleia geral extraordinária dos acionistas da Eletrosul, que tem como ordem do dia a reapreciação e ratificação da reunião que não foi concluída em 17/11, justificar a cisão parcial da empresa e nomear os peritos para avaliação.

Segunda é dia de Eleição na Elos

Neste dia 15/12 acontecerão as eleições para o Conselho de Curadores, Diretor Administrativo e Conselho Fiscal da Fundação Elos. Mas quem vota por correspondência deve enviar seu voto antes para a fundação para que na segunda-feira eles possam ser computados com os outros. Para que a eleição seja válida é necessário um quórum mínimo de 40%, o que dá aproximadamente dois mil votos.

Os candidatos apoiados pela Intersul, Aprosul e AAPE são os seguintes:

Para Diretor Administrativo
Antonio Waldir Vituri

Para o Conselho de Curadores
Titular - José Nazareno Corrêa - RSC/UPLA
Suplente - Jorge Felipe Carminati Grein - RPR

Titular - Aldo Guido Votto - DIT/DCRI
Suplente - Sadi Pinto Silveira - APO/RS

Titular - Victor Ugo Formiga de Assis - APO
Suplente - Alfredo Nuernberg - APO

Para o Conselho Fiscal
Titular - José Fontoura Dutra Jr. RSC/UPLA
Suplente - Rogério Canalli - SEYTA



Antonio Waldir Vituri

AGENDA DA
CAMPANIA

11 de dezembro - quinta

Seminário: Diagnóstico e Ações para o Setor Elétrico, às 10 horas, em Brasília

Ato contra a privatização da COMCAP, às 7 horas, na cabeceira da ponte Hercílio Luz

12 de dezembro - sexta

Reunião da coordenação do Plano Contra a Privatização, às 9 horas no Sinergia

Reunião do Movimento Unificado Contra a Privatização, às 14 horas, no Sinergia

Marque em sua agenda!

De 4 a 6 de fevereiro, na localidade de Santa Inês, acontecerá a 8ª Assembleia Geral do MST

OPINION
CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

Taxa de iluminação pública penaliza trabalhador de Criciúma

Valdir Cachoeira
Jornalista da Folha Sindical

A Câmara Municipal de Criciúma arranhou um jeito diferente para cobrar a polêmica TIP (Taxa de Iluminação Pública). Desde o início deste ano, os contribuintes da cidade estão pagando o valor correspondente a 10% do seu consumo de energia elétrica, que aparece na fatura com o nome de Cota de Participação Comunitária.

O dinheiro arrecadado, de acordo com a lei aprovada pelos vereadores, está sendo utilizado para o pagamento da manutenção da iluminação pública e das contas de luz dos prédios públicos. Porém não há nenhum tipo de prestação de contas, ninguém sabe o quanto é arrecadado e nem aonde é exatamente empregado este dinheiro. A situação merece muito debate.

Por isso, as entidades sindicais de Criciúma e o Partido dos Trabalhadores estão realizando um trabalho de conscientização e orientação junto à população.

Segundo a lei municipal, pagam esta cota todos os contribuintes que não solicitarem junto a prefeitura a suspensão da cobrança. Na prática todos os trabalhadores que desconhecem a lei ou que não têm tempo para ir até a prefeitura solicitar a suspensão acabam contribuindo. A maioria dos empresários, a classe média e a elite da cidade com certeza já pediram para suspender a Cota de Participação Comunitária.

Então como fazer para não pagar mais este imposto? É fácil, basta se dirigir ao setor de arrecadação da prefeitura, com a conta de luz e um documento de identidade até o dia 30 de dezembro de cada ano. O pedido tem que ser renovado anualmente. Um panfleto que está sendo distribuído lembra que "Não queremos as ruas escuras, o que se deseja é que tanto os benefícios como a conta sejam compartilhados por todos. Em caso de dúvida, ligue para 437-4232.

Farsa

Clube de Investimento chega à Celos

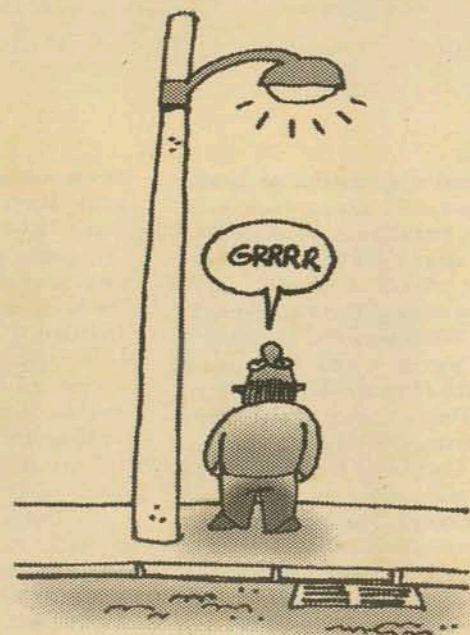
Em nenhuma privatização o empregado foi beneficiado. Em todas o trabalhador perdeu. O trabalhador foi depenado em todas as privatizações." Estas foram as considerações iniciais de um dos representantes do Banco Pactual, que estiverem na CELOS - Fundação Celesc de Seguridade Social, no dia 03/11/97, para apresentar o "Estudo Inicial para Assessoria e Administração do Clube de Empregados da Celesc", a convite do diretor da Celos João Carlos Espíndula da Silva. O representante discorreu sobre as qualidades do banco e tentou convencer os presentes sobre a importância dos empregados participarem da privatização da empresa através de clube de investimento.

Questionado sobre o resultado desastroso da participação dos empregados da Escelsa (Espírito Santo) na privatização daquela empresa, onde grande parte dos trabalha-

dores que participaram do clube foram demitidos e, além de desempregados ficaram com a dívida do financiamento da compra das ações, o que obrigou muitos a venderem as ações abaixo do preço de mercado, o representante do Pactual respondeu: "Na privatização da Escelsa o Pactual não atuou na organização do clube de investimento dos empregados. Na Escelsa o Pactual estava do outro lado da mesa. E sabe como é, não existe banqueiro bonzinho."

Outro representante do Pactual, fez uma explanação sobre a Celesc, com farta apresentação de dados, concluindo que a empresa se apresenta no mercado como um excelente negócio. um dos pontos positivos relacionados diz: "Apesar dos recentes ganhos de produtividade, ainda existe um potencial de redução de custos". A respeito disto, Olga Leocádia Vieira, diretora do Sinergia que assistiu a palestra,

argumenta: "Nos últimos tempos os ganhos de produtividade na Celesc estão intimamente ligados às demissões incentivadas e aposentadorias. Dizer que 'ainda existe um potencial de redução de custos', significa dizer que dá para demitir mais gente. Até hoje, em todos os processos de privatização das empresas públicas houve facilitação por parte dos governos que 'enxugam' as empresas para torná-las atrativas ao capital. Isto tem acontecido também na Celesc. E em todas as empresas que foram privatizadas uma das primeiras ações dos novos donos é demitir de 30% a 40% dos empregados remanescentes. É hora de todos acordarem e engajarem-se na campanha contra a privatização." E conclui: "Qual a real intenção da direção da Celos em trazer o Banco Pactual, um dos fomentadores da privatização no país, para fazer propaganda de clube de investimento para os empregados da Celesc?"



FAN

tribuna
livre

98: para onde?

João Batista Guzinsk
funcionário da Celesc/Rio do Sul

Vão nos levar?... Ou vamos decidir como ir e para onde ir?... Tão ineficaz é esperar um 98 diferente, cheio de sorte e realizações pela conjuntura astronômica e devaneios astrológicos, como na educação acreditar que alguém com receitas de como se dá uma aula interdisciplinar, interacionista, construtivista e dentro da proposta curricular almejada.

Todos sabem ou muitos já sabem que a galáxia em que vivemos tem um pedacinho de espaço pelo que chamamos de sistema solar ou heliocentrismo e que faz um tempinho que está funcionando assim: calculam alguns bilhões de anos. 97 não é velho, 98 é novo, é só mais uma volta dos bilhões que o planeta Terra já deu em torno do sol.

Nada começa de novo em janeiro de ano nenhum, a não ser a contabilidade dos banqueiros, o calendário burocrático dos governos e as comemorações que transforma o MENINO DEUS em "velhinho festeiro" que esvazia a mensagem social do NATAL e camufla o contexto histórico.

Nada mais infantil ou místico que acreditar que mais uma volta de translação da Terra chamada de 98 vai trazer sorte, mudanças sociais e transformar os cidadãos que nos enganam em cidadãos decentes.

Modernidade, progresso, qualidade, não quer dizer magia ou truque, é antes compreensão do todo, quer dizer, condições de interpretar o seu tempo, a sua realidade, quer dizer conhecimento das leis físicas, das transformações químicas, das leis sociais, que foram a trama da história.

Tão ingênuo o cidadão que pensa que é neutro, como o cidadão que não vê a necessidade de ver seus projetos sociais realizados. Por isso a pergunta - PARA ONDE 98? Só existe um horóscopo, uma magia que prevê e pode prover, é o saber, é a inteligência iluminada por uma idéia, por um sonho, não atropelada pela ignorância ou necessidade que o sistema impõe.

Democracia, co-gestão, gestão de qualidade, não é perfumaria lingüística, muito pelo contrário, são sinônimos de igualdade, cumplicidade, enriquecimento mútuo, sócio interacionismo, liderança de idéias mas não de opressões. O monopólio, o reduto, a autocracia, a monarquia são sinônimos de mitos e pobreza social do passado, mas que muito reflete em nosso cotidiano.

O poderio econômico é excludente porque se funda no confisco, no desvio e na desigualdade. O capital ou poderio cultural, ele é contagiante, não é excludente e não é perecível, porque se funda na verdade, no conhecimento, na existência e na dimensão nobre de todos os seres vivos que é a razão, a inteligência.

Por que será que nossa sociedade, nossos cidadãos são mentalmente pobres? Quem é encarregado de repartir e multiplicar o capital? Não "e tente e invente, é antes sente e vamos pensar como gente, para fazermos um 98 diferente, talvez elegendo CIDADÃOS competentes.

O LADO CERTO DA VIDA ERRADA



BILHETERIA

Como e quando se pode dizer que um povo tem cultura? O brasileiro tem muita cultura mas boa parte da população não a conhece. "A situação social muda de cara, mas há 500 anos é a mesma". É o que pensa o cineasta mais premiado fora do Brasil, com seus vídeos documentários que tratam da realidade brasileira, Octavio Bezerra. Ele esteve na semana passada em Florianópolis para lançar seu filme *O Lado Certo da Vida Errada*, que mostra a história de um advogado que foi demitido, teve que trabalhar como vendedor de colchões e também ficou desempregado e acabou num hospício. É um recorte da vida real, que no cinema parece uma comédia, mas na realidade é um terror. Talvez por isso o cinema nacional não ganhe espaço na rota cultural. "As pessoas preferem ver os dinossauros à história da sua vida, porque o cinema, o teatro, a arte em geral, comovem e transformam", comenta Octavio. O cineasta sempre trabalhou como produtor independente e não teve o apoio do go-

verno nos seus filmes. "Pra não dizer nada, contribuíram com 10% do total para o filme *Memória Viva* e 36 mil dólares para *O Lado Certo da Vida Errada*, que é um valor ínfimo. Nenhum filme brasileiro ultrapassou 500 mil dólares. Já escrevo os meus roteiros para adequarem-se à verba. Hoje há a censura econômica e de mercado", lamenta Octavio.

Tudo isso porque, de acordo com o cineasta, a cultura brasileira, exceto a música, não é divulgada. "O povo não tem auto estima e não encontra manifestação, tem os olhos no estrangeiro. E veja só, a música sai mais porque as gravadoras são multinacionais..."

A esta falta de incentivo à cultura e abertura internacional, Octavio Bezerra critica dizendo: "A lei básica neoliberal é o mercado e mercado não tem preocupação social. Os meus filmes não têm mercado. Por isso associar cultura com neoliberalismo é complicado. Se continuar desse jeito o povo vai pagar muito caro. Está se vendendo o Brasil

muito barato, isso é ridículo", desabafa.

Poucos cineastas brasileiros abordam a questão social do Brasil. No seu currículo Octavio Bezerra soma mais de 20 filmes, entre longas, médias e curtas metragem e recebeu diversos prêmios de direitos humanos no mundo inteiro e já está fazendo outro filme falando das etnias que compõem a sociedade brasileira. Apesar de todo o entrave à cultura nacional em geral, Octavio se diz um apaixonado pelo Brasil. "Nosso país, a primeira civilização tropical do mundo, vive um permanente balanço entre a ternura e a violência. É isto que mostro nos meus filmes. Quem vê com certeza identifica-se e gosta."

A Mostra de filmes Octavio Bezerra marcou Florianópolis com o regaste do espaço público para a arte. Os documentários foram exibidos gratuitamente no auditório da Justiça Federal, antigo Cine Cecomtur e a mostra foi uma atividade do Movimento Não à Violência apoiado pelo Sinergia.

